



MULHERES MIGRANTES-PIONEIRAS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL DE PATO BRANCO (PR): UMA LEITURA SOBRE COLONIZAÇÃO, COLONIALIDADE E GÊNERO

Ma. Jozieli Cardenal Suttilli

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - Campus Pato Branco: jozieli@alunos.utfpr.edu.br

Dra. Hieda Maria Pagliosa Corona

Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) - Campus Pato Branco: pagliosa@utfpr.edu.br

Resumo

Este artigo versa sobre o processo inicial de colonização de Pato Branco, cidade situada no Sudoeste do Paraná, a partir dos primeiros ciclos econômicos estabelecidos entre as décadas de 1920 e 1960, para retratar a relação entre práticas sociais que oportunizaram o desenvolvimento local, considerando o trabalho das mulheres migrantes-pioneiras nesse contexto sócio-histórico. Para tanto, o presente estudo ancora-se em teorias do desenvolvimento, que aqui dialogam com estudos feministas, bem como com a perspectiva decolonial, para demonstrar que tais fases econômicas, vislumbradas pela lógica desenvolvimentista preconizada pelo Estado, resultaram, sobretudo, do movimento migratório. A problematização aqui mobilizada volta-se, portanto, ao trabalho que mulheres exerceram na dinâmica doméstica e familiar diante de invisibilidades oriundas da colonialidade.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Colonização. Colonialidade. Mulheres. Famílias migrantes.

Introdução

Famílias numerosas, atravessando estados e percorrendo centenas de quilômetros na carroceria de caminhões e carroças, levando o pouco que tinham (além dos sonhos): algumas roupas, utensílios domésticos e algum animal. A cena é típica do processo de colonização do Sudoeste do Paraná no início da década de 1940 quando, a partir da Marcha para o Oeste, houve a criação da Colônia Agrícola Nacional General Osório – CANGO (KOLING, 2018, p. 140). Ambos projetos desenvolvimentistas, promovidos durante o Estado Novo do governo de Getúlio Vargas, com a finalidade de colonizar a região, atraindo famílias com a promessa da



oferta de terra em troca de mão de obra agrícola. Com isso, iniciou-se um movimento migratório intenso, evidenciado por populações originárias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (WACHOWICZ, 2016, p. 261).

A intervenção do Estado para impulsionar a colonização da região foi decisiva para o desenvolvimento local, porém, observa-se que esse processo vai além de fatores econômicos. Há uma relação direta, por vezes invisibilizada, entre as relações desencadeadas no contexto da vida doméstica, uma vez que o deslocamento dessas famílias para uma região distante e desconhecida, representa nuances da construção social de gênero, pois há, no cerne da estrutura dessa sociedade oriunda do movimento migratório e em formação, a atuação de mulheres enquanto esposas, mães e trabalhadoras. Assim, é possível relacionar o processo de desenvolvimento local a categorias ligadas ao pensamento feminista, tais como família e trabalho.

Sendo assim, este artigo pretende problematizar o papel da mulher no desenvolvimento local, considerando que um dos principais alicerces para o mesmo, nas décadas iniciais da colonização de Pato Branco (PR), a partir dos primeiros ciclos econômicos, foi a constituição familiar, possível somente por meio do casamento entre homens e mulheres, o que resulta da lógica heteronormativa, inserida na dinâmica da domesticidade e da maternidade que, conseqüentemente, naquele contexto, também refletiu na formação da mão de obra necessária para o projeto de colonização idealizado: a mão de obra familiar.

Para movimentar tais categorias, este artigo está dividido em duas partes, que percorrem avenidas teóricas a partir da reflexão aqui proposta: no tópico primeiro, intitulado “Colonização de Pato Branco (PR): o ser que migra em diálogo com o desenvolvimento preconizado pelo Estado”, a perspectiva local e regional de desenvolvimento estabelece diálogo com autores que problematizam o conceito a partir da intervenção política. Este tópico abre caminho para a reflexão diante da insuficiência relacional inerente à dicotomia homem *versus* natureza, uma vez que, ao explorar o território, concebeu-se os primeiros ciclos econômicos locais oriundos da participação de famílias migrantes¹, o que é apresentado no subtópico “História e desenvolvimento local de Pato Branco (PR)”.

A partir da segunda parte, que recebe o título “Colonialidade de gênero: a família no processo de desenvolvimento local”, este artigo apresenta estudos que denotam a relação da família com a construção de gênero a partir de práticas coloniais. Para tanto, na sequência, o

¹ A ideia de “ciclos econômicos”, aqui, num primeiro momento, está ligada à exploração do território pelas famílias migrantes, mas vale pontuar que indígenas, negros, caboclos, entre outros, que habitaram a região antes e durante o movimento migratório, também exerceram importante papel no cultivo e trabalho voltado à subsistência familiar. Tais práticas e culturas foram mantidas pelas famílias sulistas, sobretudo no que refere-se à erva-mate e à criação de porcos.



subtópico “Vida doméstica e invisibilidades da colonialidade” dá início à apresentação de teorias feministas que traduzem aspectos da estrutura social hegemônica que distancia homens e mulheres e lhes atribui funções normatizadoras, o que, no contexto local aqui retratado, oportuniza um olhar para a perspectiva decolonial de *ser* e *agir*.

Dessa forma, com este recorte, propõe-se diminuir invisibilidades históricas, estimulando o reconhecimento e a valorização da contribuição exercida pelas mulheres migrantes-pioneiras em contextos de “desenvolvimentos”, bem como fomentar o debate e a reflexão sobre as nuances atribuídas às funções domésticas e familiares quando destinadas às mulheres a partir da perspectiva colonial da naturalização do *ser feminino*, modelo inerente ao processo de colonização de *corpos* e *seres*, este que, conforme apresentado a seguir, não está dissociado da história, tampouco do processo de desenvolvimento local.

1 Colonização de Pato Branco (PR): o ser que migra em diálogo com o desenvolvimento preconizado pelo Estado

A reflexão sócio-histórica aqui proposta tem como foco a cidade de Pato Branco², situada no Sudoeste do Paraná, cuja formação iniciou a partir de 1918, com a criação da Colônia de Bom Retiro, que resultou da nova abrangência territorial do Paraná e Santa Catarina definida em 1916, com o fim da Guerra do Contestado (WACHOWICZ, 2016, p. 232). No entanto, o primeiro morador migrante, destacado em livro, a registrar residência no território foi Felisbello José Antônio, que o fez em 1903 (VOLTOLINI, 2005, p. 53)³.

Segundo Voltolini (2005, p. 53), este primeiro migrante era gaúcho, de Passo Fundo, com descendência portuguesa. Assim como a grande maioria dos migrantes colonizadores da região, ele não se aventurou sozinho para a terra desconhecida: viera com a esposa e filhos. O segundo registro migratório na localidade ocorreu em 1910, da família de João Ribeiro Damasceno (VOLTOLINI, 2005, p. 53). No entanto, o movimento migratório que impulsionou a colonização da região, bem como a formação da cidade, se deu devido à intervenção do governo de Getúlio Vargas na criação da Colônia Agrícola Nacional General

² Inicialmente, a localidade recebeu dois nomes: Bom Retiro e Villa Nova. Na medida em que a vila começou a expandir-se e a ganhar os leitos do Rio Pato Branco e do Rio Ligeiro, os moradores que preferiram permanecer às margens Rio Ligeiro, para diferenciarem-se do grupo que residia nas proximidades do Rio Pato Branco, passaram a chamar a região de suas propriedades de Villa Nova. Nascia, portanto, a localidade de Bom Retiro-Villa Nova (VOLTOLINI, 2005, p. 57). Em 1938, o prefixo do telégrafo divulgou consigo a expressão “Pato Branco”, pois os operadores não se correspondiam com outras localidades utilizando os nomes de Villa Nova ou Bom Retiro e, assim, denominaram a unidade do telégrafo de “posto do Rio Pato Branco” (VOLTOLINI, 2005, p. 181-183). A partir disso, houve a popularização do nome “Pato Branco”, que tornou-se município, oficialmente, em 1952 (VOLTOLINI, 2005, p. 342).

³ Os registros migratórios no Sudoeste do Paraná iniciaram ainda no século XIX, na região da cidade de Palmas, cujo movimento de ocupação iniciou em 1839 (WACHOWICZ, 2016, p. 207).



Ozório (CANGO), em 1943, que tinha como finalidade a atração de mão de obra agrícola para o Sudoeste do Paraná (WACHOWICZ, 2016, p. 261).

O Brasil da década de 1940, sob a égide do Estado Novo getulista, acompanhando a instabilidade social de um quase pós-guerra, vivia os efeitos de um regime autoritário, o que, naquele contexto histórico, eram “[...] reconhecidos em grande parte do mundo, pela direita e pela esquerda, como regimes relacionados à eficiência e ao desenvolvimento”, (NAIFF et al., 2008, p. 117). A ideia desenvolvimentista de Vargas já era marca do político republicano ainda enquanto governador do Rio Grande do Sul, em 1928. Fenômeno social relativamente novo naquele momento histórico do país, a postura política getulista baseava-se em quatro correntes: industrialização, intervencionismo pró-crescimento, nacionalismo e positivismo – política industrializante que avançaria no Brasil a partir da década de 1930 (FILHO, 2013, p. 856).

Portanto, antes de apresentar os primeiros ciclos econômicos de Pato Branco e movimentar teorias feministas voltadas às categorias de gênero – visando a reflexão decolonial aqui proposta, destinada à mulher que viria a ser pato-branquense, migrante e pioneira –, outro alicerce que sustenta as reflexões teóricas deste estudo é a contribuição da família enquanto estrutura social resultante da consolidação de ideais de “progresso” e “desenvolvimento”. Portanto, cabe pontuar os estudos de Furtado (1980), uma vez que, no contexto sócio-histórico aqui retratado, há a nítida intervenção do Estado em prol do desenvolvimento social e econômico.

Furtado (1980, p. 01) pontua que as raízes da ideia de progresso pertencem a três correntes do pensamento europeu (eurocentrista e colonizador), resultado do otimismo vislumbrado a partir do século XVIII, sendo elas: o Iluminismo (o progresso racional); a acumulação da riqueza (futuro e bem-estar); a expansão geográfica (uma forma superior de civilização).

Em busca de elucidar dimensões para o conceito de desenvolvimento, o autor aponta que o mesmo passou a ser usado em duas perspectivas distintas: a primeira, vista como evolução de um sistema social de produção associado ao progresso tecnicista, elevando a produtividade (FURTADO, 1980, p. 15); já no segundo sentido, o conceito de desenvolvimento engendra-se às necessidades humanas elementares, tais como alimentação, vestuário e habitação (FURTADO, 1980, p. 16).

A partir disso, a ideia de desenvolvimento contempla três dimensões: a eficácia do sistema social de produção, a satisfação de necessidades essenciais e a concretização dos objetivos almejados por grupos dominantes (FURTADO, 1980, p. 16). Nesse sentido, conforme Furtado (1980, p. 16), “[...] a concepção de desenvolvimento de uma sociedade não



é alheia a sua estrutura social, e tampouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implantação são concebíveis sem preparação ideológica”.

Ao rememorar a aceleração da acumulação de bens e consumo a partir da Revolução Industrial, Furtado (1980) pontua que “o modo de produção deixou de depender de formas familiar, artesanal, senhorial e corporativa de organização da produção” (FURTADO, 1980, p. 22). Abre-se aqui um diálogo potencial quando Santos (2006, p. 160) retrata a requalificação dos espaços que tendem a atender interesses de atores que representam e reproduzem modelos hegemônicos de economia, cultura e política que passam a ser incorporados em diferentes contextos e realidades. Assim, o discurso da industrialização preconizado por países subdesenvolvidos, especialmente no século XX, também pode ser observado nesse viés de produção e acumulação, que é sócio-histórico e capitalista.

Santos (2006, p. 156), ao analisar a dinâmica de lugares e territórios, critica a artificialização dos processos resultantes da história das relações entre sociedade e natureza, uma vez que em todos os lugares habitados ocorre a substituição de um meio natural, que torna-se cada vez mais artificializado e instrumentalizado. Contudo, é importante considerar as características dos atores e ambientes locais, pois além das condições naturais dos lugares, é preciso evidenciar as ações humanas sobre esses espaços e territórios – que também reverberam em seres e corpos localizados.

Nesse sentido, a transformação do espaço, desencadeada pela interação social, contempla traços culturais. Isso demonstra que, embora muitas vezes preconizados, modelos hegemônicos de desenvolvimento nem sempre atendem às necessidades e características de determinadas localidades, uma vez que a dinâmica social de lugares específicos volta-se a atividades desencadeadas, no campo ou na cidade, a partir das condições técnicas e sociais inter-relacionadas a recursos naturais disponíveis (SANTOS, 2006, p. 161). A partir dessa evidência, percebe-se que o lugar se constitui como espaço do social em suas múltiplas relações – por isso é necessário estudá-lo a partir de seus atores, homens e mulheres, para então compreender seu caráter movente, pois o lugar:

[...] não importa sua dimensão – é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual. (SANTOS, 2006, p. 174)

No Brasil da década de 1940, a política industrializante fazia parte do discurso político voltado ao desenvolvimento nacional. Porém, eis um país que estava sendo despertado para



as formas de produção baseadas pela modernização dos processos industriais. Com isso, o discurso desenvolvimentista voltado para o Sul do país tinha outra estratégia de progresso: impulsionar o movimento territorial e migratório, a fim de ocupar áreas de fronteiras e fomentar ciclos econômicos que gerassem alimentos e matérias-primas para as regiões urbanas industriais – o que, nesse contexto, seria essencialmente baseado nos recursos naturais disponíveis. Nesse cenário, a família migrante seria o ponto de partida para a consolidação e sustentação dos primeiros ciclos econômicos de Pato Branco: a erva-mate⁴, o porco e a madeira; aliados a uma extensa produção de alimentos no sistema policultura/criação voltados para a subsistência das famílias no campo e na cidade.

Tal dinâmica reservava às famílias que migravam para essa região uma relativa autonomia, responsável pela organização da economia local, confirmando uma das principais características do desenvolvimento gerado a partir do trabalho realizado pelas famílias migrantes. É esse modelo de desenvolvimento, a partir dos primeiros ciclos econômicos estabelecidos em Pato Branco, e a relação direta do mesmo com as problemáticas movimentadas neste artigo, que serão retratados a seguir.

1.1 História e desenvolvimento local de Pato Branco (PR)

Embora o movimento migratório para Pato Branco tenha sido impulsionado a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional General Ozório (CANGO) em 1943, o mesmo foi idealizado pelo Governo do Estado do Paraná ainda em 1918, na gestão de Affonso Camargo, com a criação da Colônia de Bom Retiro, ocasião em que o engenheiro Francisco Gutierrez Beltrão foi enviado para realizar a medição das terras que seriam comercializadas pelo Estado. No entanto, muitas áreas foram ocupadas aleatoriamente, sem obtenção dos títulos definitivos de posse legal das áreas⁵, uma vez que o processo burocrático era moroso e não comportou o fluxo migratório (VOLTOLINI, 2005, p. 57). Tal situação foi intensificada a partir da década de 1940, com o intenso movimento migratório.

⁴ Andrezza (2018, p. 94) lembra que o cultivo da erva-mate no Paraná tem origem escravista, uma vez que o trabalho dos escravos na produção dessa cultura fomentava a economia paranaense, o que seguiu até o século XIX. No Sudoeste do Paraná, destaque para as atividades desempenhadas em fazendas de Palmas.

⁵ Essa situação deu início à Revolta dos Posseiros na década de 1950, o maior movimento agrário do Sul do Brasil, uma vez que companhias passaram a reivindicar o uso e ocupação das terras, instaurando a violência por meio de barbáries cometidas por jagunços em diversas cidades do Sudoeste, com destaque para Capanema, Verê, Francisco Beltrão e Pato Branco (BONAMIGO; SCHNEIDER, 2007). O movimento se deu pelas características de apropriação das terras no Sudoeste, especialmente Pato Branco, em que boa parte dos moradores que migraram para a cidade e região tomaram o território de suas propriedades sem documentar e legalizar a situação (VOLTOLINI, 2005, p. 57).



Assim, os migrantes não possuíam o título das terras e se reconheciam como proprietários das mesmas apenas pelo fato de residirem nelas. Com isso, a permuta de terras tornou-se uma prática comum na fase inicial de colonização de Pato Branco, pois trocava-se a terra por animais, carroças, instrumentos musicais, em que a prática de “passar a terra” para diferentes pessoas era comum (VOLTOLINI, 2005, p. 108). Dessa forma, a facilidade em adquirir as terras⁶ possedidas atraiu o migrante à Pato Branco, que na época chamava-se Villa Nova.

Portanto, quando o colono⁷, gaúcho ou catarinense chegou à região Sudoeste do Paraná, bem como à Villa Nova, se deparou com as terras possedidas pelos caboclos que, por sua vez, trocavam suas posses por um cavalo, um boi, uma espingarda, entre outros (WACHOWICZ, 2016, p. 213). Nas palavras de Wachowicz (2016, p. 213), “era só o colono sulista fazer uma proposta e o negócio estava feito. A terra então baratíssima, não valia quase nada”. Isso também demonstra que os caboclos não se relacionavam com o território a partir da ideia de propriedade privada e caracterizavam-se por serem itinerantes.

Nesse cenário – que reunia caboclos e migrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina na década de 1920 –, a extração e comércio da erva-mate constituíram o primeiro ciclo econômico da região Sudoeste do Paraná. Em Pato Branco, embora o fluxo migratório ainda fosse reduzido, a atividade contou com a participação direta da empresa argentina Luiz Pastoriza, que explorava o produto e empregava a mão de obra local (VOLTOLINI, 2005, p. 65-66). Juntamente com a erva-mate, outro ciclo econômico ganhou força: a criação de porcos. Segundo Voltolini (2005, p. 71), “no inverno, se colhia erva-mate e, no verão, se lidava com porco”. Eis um “sistema agrícola baseado na unidade policultura-criação, que caracterizou a economia camponesa na época” (CORONA, 1999, p. 76), por meio de uma dinâmica econômica que conjugava produções como a erva-mate e a criação de porcos. Os colonos migrantes apreenderam esse sistema denominado “faxinal” com os caboclos, o mesmo que “foi sendo substituído pelas práticas agrícolas dos colonos que migraram para a região a partir da década de 40” (CORONA, 1999, p. 71).

Outra característica desse período é que a comercialização do porco exigia a realização de marchas para outras cidades do Paraná e Santa Catarina, como Ponta Grossa, União da Vitória, São João dos Pobres e Joaçaba, percurso que chegava a durar 40 dias. Aos poucos, o porco deixou de ser tropeado dessa forma e, no final da década de 1930, o

⁶ Vale lembrar que a propriedade privada da terra no Brasil foi legitimada pela Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850 (GASSEN, 1994), período em que o país recebia imigrantes de diferentes regiões da Europa.

⁷ A atribuição de *ser colono* refere-se ao sujeito que possui relação direta com “família e roça”, pois ocupa uma “colônia” e também trabalha nela (TEDESCO, 1998, p. 19, *apud* CORONA, 1999, p. 71).



transporte de animais por caminhões passou a ocorrer gradativamente (VOLTOLINI, 2005, p. 74).

Em 1936, Villa Nova possuía 33 famílias residentes (VOLTOLINI, 2005, p. 290)⁸. Evidencia-se a contribuição familiar para a manutenção dessas práticas sociais e econômicas, pois “o criador, com o trabalho da família, ou por empreitada, fazia grandes plantações de milho e, quando maduro, largava nelas a porcada, para se alimentar à vontade” (VOLTOLINI, 2005, p. 74) – mais uma evidência do sistema faxinal, oriundo dos caboclos. Já nos primeiros ciclos econômicos de Pato Branco, é possível reconhecer a relação entre o processo de desenvolvimento a partir do trabalho realizado pelas famílias caboclas e migrantes. Assim, a história da colonização da cidade exerce função direta no desenvolvimento local e regional, bem como nas antecipações realizadas pelos pioneiros e pioneiras⁹ que constituem-se como primeiros moradores da localidade.

Na década de 1930, o movimento migratório para a região de Pato Branco começa a ganhar expressividade, especialmente de famílias de descendência italiana e alemã, além de imigrantes ucranianos e poloneses (IURCKEVICZ, 2018, p. 30). Assim, entre as décadas de 1930 e 1940, houve o ciclo da madeira. Foram os migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que trouxeram as primeiras serrarias para Villa Nova, visando a industrialização do pinheiro¹⁰. A primeira madeireira de Pato Branco foi montada por Pedro Bortot, no início da década de 1930 (VOLTOLINI, 2000, p. 60); a extração e comércio, principalmente da araucária, intensificou-se até a década de 1960. No trecho a seguir, a relação entre a fase inicial das madeireiras na cidade, com a função desencadeada pela família migrante, pode ser observada:

Acomodado com a **família em barraco de madeira lascada** e, de chão batido, deixado pelos caboclos que comprara a terra, **Pedro Bortot iniciou** a concretização do primeiro objetivo que trouxera do Rio Grande: montar uma serraria. (VOLTOLINI, 2000, p. 60, grifo nosso)

⁸ No decorrer do livro “Retorno 1: origens de Pato Branco”, de autoria de Sittilo Voltolini (2005), há dois mapas que buscam demonstrar o crescimento demográfico de Pato Branco a partir do número de famílias residentes na localidade, nos períodos de 1925 (VOLTOLINI, 2005, p. 109) e 1936 (VOLTOLINI, 2005, p. 290). Observa-se que nas legendas desses mapas, não são mencionados os nomes das mulheres migrantes, e sim somente nomes masculinos, além da menção às famílias a partir do sobrenome dos homens.

⁹ Aqui, reconhece-se não somente a contribuição dos migrantes sulistas, de origem europeia, mas sobretudo daqueles que habitaram a região antes do movimento migratório preconizado pelo Estado, entre eles indígenas, negros, caboclos, entre outros.

¹⁰ De acordo com estudo realizado pelo professor e pesquisador Julio Caetano Tomazoni, do antigo Cefet, o domínio da Mata de Araucária no Sudoeste do Paraná já chegou a possuir 55 milhões de árvores de pinho industrializável (VOLTOLINI, 2000, p. 39).



Observa-se, portanto, que embora os governos de Getúlio Vargas e Affonso Camargo tenham incentivado a migração pela facilidade em adquirir as terras, os mesmos não previram a oferta de infraestrutura para as famílias migrantes. Apesar disso, essas famílias contribuíram para a implementação de novas práticas e alternativas econômicas que deram sustentação ao desenvolvimento inicial da localidade.

Ainda nesse sentido, “a primeira madeira serrada por Pedro Bortot destinou-se à construção de uma casa mais confortável para **sua grande família**” (VOLTOLINI, 2000, p. 60, grifo nosso)¹¹. No entanto, vale frisar que a exploração direta dos recursos naturais, sem planejamento ou prerrogativas produtivas sustentáveis, condicionaram estas práticas enquanto atividades temporárias. Aqui, também evidencia-se outro traço associado à busca pelo desenvolvimento quando este está atrelado à monetização dos recursos de determinada região: a colonialidade da natureza. Para Escobar (2008, p. 121, *apud* RADOMSKY, 2018, p. 68), o processo de colonização no qual a América Latina foi submetida constituiu formas de *ser, agir e pensar*, bem como normatizações em que a natureza tornou-se objeto da dominação humana e os não modernos – as culturas primitivas e os seres da natureza – assumiram o patamar mais baixo da escala de uma esfera, onde o homem europeu e colonizador estava no topo.

Ao resgarmos a história inicial de Pato Branco, estamos falando de uma região do Brasil que foi colonizada e constituída enquanto município por descendentes europeus que, enquanto colonizados e colonos, ao assumirem a agência de quem coloniza, acabaram reproduzindo o legado colonial – mesmo sem se dar conta disso. Ainda nesse sentido, Escobar (2008, p. 121, *apud* RADOMSKY, 2018, p. 68) aponta que a natureza possui uma dinâmica própria e responde às ações do homem, o que também tem relação com outros diferentes corpos-objetos de dominação, tais como as mulheres, uma vez que a subordinação do corpo e da natureza tem efeitos sociais, ambientais e econômicos.

Entre os moradores que atuaram nos três primeiros ciclos econômicos na fase de colonização da cidade, e que integrou o movimento migratório do Rio Grande do Sul, esteve Pedro Antônio Soares, que chegou à Villa Nova em 1924, aos 21 anos. Casou-se com Amélia Amaral da Rosa, na época com 16 anos. O casal teve nove filhos e adotou outros oito (VOLTOLINI, 2005, p. 118). O nome de Pedro¹² é frequentemente citado, também pela sua atuação religiosa e por ter contribuído para a construção da primeira capela de Villa Nova

¹¹ Um detalhe importante: sua esposa não é citada, tampouco sua labuta diante dos desafios de ser mulher, migrante e viver em condições precárias, conforme descrito nos trechos anteriores.

¹² A comissão responsável pela construção da primeira capela de Pato Branco era formada por quatro “Pedros”, o que contribuiu diretamente para a escolha do santo padroeiro da então Villa Nova e daria nome a futura Paróquia São Pedro Apóstolo de Pato Branco (VOLTOLINI, 2005, p.118).



(VOLTOLINI, 2005, p. 119), porém, pouco ou quase nada se sabe sobre Amélia, esposa e mãe de 17 filhos. A partir daqui, inicia-se a segunda parte deste artigo, que busca problematizar a contribuição das mulheres migrantes – Amélias – no processo de colonização e desenvolvimento local de Pato Branco.

2 Colonialidade de gênero: a família no processo de desenvolvimento local

Embora a perspectiva do desenvolvimento não seja somente a econômica¹³ – uma vez que baseia-se na tríade sociedade, economia e meio ambiente, a partir da relação direta que o sujeito social exerce perante na natureza, e vice-versa –, aqui, a reflexão proposta parte da perspectiva que nas fases iniciais da colonização de Pato Branco (PR). Nesse contexto, há o migrante sulista, descendente europeu, atraído para a região Sudoeste do Paraná pela promessa de terras; sujeito inserido num cenário que primava pela valorização do chamado “desbravador”, aquele com a missão de garantir o sustento da família por meio dos recursos naturais existentes.

No entanto, cabe, a partir de agora, reiterar o papel da família nesse processo, não somente como dependente desses recursos, mas como mão de obra e promotora dessa perspectiva reducionista de desenvolvimento que, naquele momento histórico, considerava somente os avanços econômicos e pregava, na medida em que a exercia, a soberania perante a natureza por meio da extração dos recursos naturais. Contudo, há, nesse contexto, um sujeito que, a partir de uma visão masculina de mundo, foi resumido somente às funções domésticas: a mulher migrante-pioneira.

A família retratada aqui é moderna, colonial e monogâmica, padrão que, ao longo da história, tornou-se o modelo de família patriarcal, resultante do desenvolvimento pregado pelo Estado. Este, por sua vez, passou a reconhecer o trabalho doméstico da mulher enquanto um serviço privado. Assim, a esposa assumiu, indiretamente, uma posição de “criada”, sendo reduzida às práticas que exercia em casa, em que o homem comandava a família e recebia a servidão da mulher (ENGELS, 1972, *apud* LERNER, 2019, p. 49).

Essa mesma perspectiva hegemônica, ao longo da história, invisibilizou o papel da mulher no contexto doméstico e familiar, não reconhecendo o mesmo como condicionante para um desenvolvimento que não exclua ou não subalternize seres e saberes. Dessa forma,

¹³ Provoca-se, aqui, um olhar interdisciplinar para a perspectiva do desenvolvimento, que não deve basear-se somente nos fatores econômicos, uma vez que o desenvolvimento pleno envolve fatores sociais e ambientais, refutando a hegemonia do pensamento colonial desenvolvimentista, baseado no etnocentrismo e na exploração da natureza.



este tópico discorrerá sobre a relação direta que a família – por meio da ação desempenhada por mulheres, a partir do casamento e da perspectiva da vida doméstica – possui com as fases iniciais da colonização e do desenvolvimento local de Pato Branco.

A partir dessa perspectiva, propõe-se aqui a compreensão de que a constituição familiar em determinado contexto sociocultural, além de contemplar a dinâmica temporal estabelecida em determinados momentos históricos, também resulta da relação cultural contida na formação dessas estruturas, uma vez que as mesmas são concebidas por restrições e regras que compõem a sociedade e, portanto, traduzem a interação humana. Aqui, evidencia-se a normatização social desencadeada pela família enquanto ideal patriarcal, cujas ações moldam o sujeito a partir do núcleo familiar e revelam-se nas suas formas de ser, agir e pensar.

Assim, por não haver relação direta com o simbolismo do lucro ou do progresso técnico e econômico, anula-se, ao longo da história, a contribuição dessas mulheres no processo de colonização e desenvolvimento local – o que é refutado por estudos feministas que, ao terem a vida doméstica como objeto central de estudo, confirmam que o papel da mulher no seio familiar é resultado de normativas institucionalizadas pelo capitalismo colonial, conforme apresentam Federici (2017 e 2019) e Lugones (2014); este que, por sua vez, deve, sim, reconhecer a contribuição feminina no processo de desenvolvimento, em que o trabalho doméstico precisa ser regularizado enquanto trabalho formal, ampliado para pensar o cuidado para além de relações “reprodutivas” para compor a dinâmica entre produção/espço público e reprodução/espço privado como da família e suas redes de inter-relações. Isso será problematizado a seguir.

2.1 Vida doméstica e invisibilidades da colonialidade

Ao apresentar a perseguição às bruxas como um dos principais momentos históricos da Europa, a partir do século XVI, Federici (2017) busca elucidar a formação da representação social da mulher na sociedade, bem como promover a reflexão sobre nuances femininas existentes na contemporaneidade. A autora discute, dessa forma, o preconceito e a violência atribuídos a mulheres anônimas que, ao longo da história, vivenciaram convenções e papéis de gênero a partir da contribuição direta do capitalismo colonial, o que também refletiu na formação da estrutura familiar hegemônica, preconizada até os dias de hoje, por meio de ideais patriarcais que ganharam força e ainda são reverberados na sociedade atual. Tendo como objeto de estudo a caça a corpos e saberes de mulheres consideradas bruxas, a autora defende que o episódio fortaleceu a divisão entre mulheres e homens, bem como “a disciplina



do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social”, (FEDERICI, 2017, p. 298).

Foi na Europa do século XVII que, segundo a autora, a procriação passou a ser interesse do capital, pela formação de mão de obra, uma vez que o trabalho se tornou urgente quando a população começou a entrar em declínio. Nesse contexto, foram intensificadas ações voltadas a criminalizar o controle da natalidade, em que, nas palavras de Federici (2017, p. 332), o corpo feminino e o útero destinaram-se “a serviço do aumento da população e da acumulação da força de trabalho”. A partir disso, inicia-se a legitimação e construção do que a autora chama de “nova ordem patriarcal” por meio de uma natureza dos sexos que construiu uma mulher estereotipada, “fraca do corpo e da mente e biologicamente inclinada ao mal, o que efetivamente servia para justificar o controle masculino sobre as mulheres [...]”, (FEDERICI, 2017, p. 341).

Dessa forma, a autora demonstra que o patriarcado institucionalizado permitiu que o Estado controlasse as mulheres – seus corpos, seu trabalho e seus poderes sexuais –, as transformando em recursos econômicos (FEDERICI, 2017, p. 310). Isso porque, na medida em que o novo código patriarcal se desenvolvia de modo concomitante à caça às bruxas, nascia a família exigida pelo senso comum da burguesa da época: “inspirada no Estado, com o marido como rei e a mulher subordinada”, (FEDERICI, 2017, p. 348). Assim, é possível provocar o debate sobre a construção de gênero atribuída à mulher a partir das funções domésticas, o que está diretamente associada à subserviência nas instâncias da vida matrimonial. Soma-se a isso o fato de que a procriação, resultante do casamento, que consolida a formação do núcleo familiar, também reflete a dominação da corporeidade feminina enquanto recurso utilizado pelo Estado, ao longo da história, para manter os interesses do capital, pois:

A caça às bruxas não só condenou a sexualidade feminina como fonte de todo mal, mas também representou o principal veículo para levar a cabo uma ampla reestruturação da vida sexual, que, ajustada à nova disciplina capitalista do trabalho, criminalizava qualquer atividade sexual que ameaçasse a procriação, a transmissão da propriedade dentro da família ou que diminuísse o tempo e a energia disponíveis para o trabalho. (FEDERICI, 2017, p. 354)

A legitimação do trabalho doméstico enquanto trabalho assalariado é o principal debate proposto por Federici (2019) em outro estudo, em que ela problematiza a vida doméstica contemporânea de forma direta. A autora promove a reflexão sobre o papel social da dona de casa, uma vez que ao romper o ciclo histórico em que o trabalho doméstico consolida-se enquanto convenção feminina – uma vocação da mulher que o faz com devoção



e amor a partir da sua função de subserviência perante ao marido e à família – haverá o início uma nova estrutura social.

Assim, Federici (2019, p. 40) aponta que a remuneração pelo trabalho doméstico deveria ser uma das principais pautas da luta feminista, o que não refere-se somente ao simbolismo da garantia do salário em dinheiro mas, sim, sustenta uma conquista política voltada ao poder social das mulheres, uma vez que a função de donas de casa, mães e esposas representa o papel no qual as mulheres têm sido confinadas, ao longo da história, na e pela sociedade capitalista.

Nesse sentido, a dinâmica do casamento enquanto exploração é enaltecida por Federici (2019), pois o trabalho doméstico e o papel social da dona de casa resultam de uma relação de poder desencadeada pelo capital a partir das cozinhas, bem como dos quartos conjugais. Para Federici (2019, p. 44-45), “ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só”, pois disciplinou tanto o homem quanto a mulher a legitimarem e perpetuarem as convenções sociais reproduzidas até os dias de hoje. A naturalização do trabalho doméstico enquanto função feminina e não enquanto “trabalho” legítimo, acompanha a história das mulheres, uma vez que:

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. (FEDERICI, 2019, p. 42-43)

Portanto, é importante identificar qual mulher está sendo retratada neste estudo, uma vez que mobiliza-se aqui um olhar teórico-reflexivo para uma mulher colonizada e que, em determinado momento histórico, migrou para colonizar uma região desconhecida, por meio de práticas políticas que incentivaram tal movimento migratório, conforme elucidado nos tópicos anteriores. Nesse sentido, conforme aponta Lugones (2014, p. 935), há uma lógica que categoriza a mulher em um sistema moderno colonial de gênero. Nele, “o homem europeu, burguês, colonial moderno tornou-se um sujeito/agente, apto a decidir, para a vida pública e o governo, um ser de civilização, heterossexual, cristão, um ser de mente e razão” (LUGONES, 2014, p. 935). Já a mulher europeia não era entendida, portanto, “como seu complemento, mas como alguém que reproduzia a raça e o capital por meio de sua pureza sexual, sua passividade, e por estar atada ao lar a serviço do homem [...]”, (LUGONES, 2014, p. 936).



Ora, se o debate aqui proposto versa sobre as invisibilidades diante da contribuição da mulher migrante que, ao ser reduzida às suas funções familiares e domésticas, não foi reconhecida ao longo da história pela sua contribuição no processo de colonização e desenvolvimento local, há, no cerne dessa dicotomia que distancia homens e mulheres, quando deveria integrá-los, uma base de um pensamento hegemônico, hierárquico e masculino, resultado de um sistema capitalista e colonial, (LUGONES, 2014, p. 935).

Essa dicotomia entre homens e mulheres, resultante do pensamento colonial e moderno, contribuiu para a distinção sexual e de gênero, bem como para a legitimação de tarefas designadas – e realizadas – por cada um dos dois sujeitos (LUGONES, 2014, p. 936). No entanto, conforme alerta Lugones (2014, p. 936), para se construir um estudo voltado à colonialidade de gênero, é necessário considerar o sexo na categorização de pessoas colonizadas, uma vez que nas situações iniciais da primeira modernidade¹⁴, estas não eram reconhecidas como plenamente humanas, pois essa definição cabia ao colonizador europeu.

Assim, em vez de homens ou mulheres, havia as figuras do macho e da fêmea (LUGONES, 2014, p. 936), discurso colonial voltado a inferiorizar o povo colonizado, ao aproximá-lo dos animais. Diferente dos estudos sociais desencadeados em outros contextos, em que gênero constrói o sexo, não sendo condicionado pelo mesmo, na perspectiva do colonizado a ideia de dimorfismo sexual é central para o entendimento da construção de gênero na lógica colonial (LUGONES, 2014, p. 937), pois a separação entre homens e mulheres também constituiu-se enquanto prática civilizatória, marcando a sexualidade masculina e feminina. A partir disso, Lugones (2014, p. 938) apresenta a ideia de *colonialidade do ser* para compreensão da construção de gênero, ou seja, o momento em que a episteme social passa a engendrar normativas impostas que denotam um processo de desumanização da mulher que, nessa condição, não assume posição de sujeito/agente, mesmo com o fim do processo de colonização territorial.

Portanto, se a mulher colonizada não era compreendida para o colonizador enquanto ser, cabe estudá-la a partir da diferença colonial, pois estes seres são, segundo Lugones (2014, p. 939), *parcialmente oprimidas*. Eis, portanto, uma colonialidade de poder e de gênero (LUGONES, 2014, p. 939) que ainda permanece na sociedade atual e, sim, integrou o tecido social pato-branquense nas primeiras décadas do século XX. Porém, eis uma colonialidade que, ao mesmo tempo em que oprime, também promove níveis de resistência. Para Lugones (2014, p. 939-940), mesmo em condições hegemônicas, a interação relacional entre homens

¹⁴ Também conhecida como modernidade baixa, a primeira modernidade refere-se ao momento da conquista territorial por meio das grandes navegações, o que também é reconhecida enquanto modernidade colonial dos séculos XV e XVI. A segunda modernidade, ou modernidade alta, está ligada à Revolução Industrial no século XVIII, que marcou o início da modernidade capitalista.



e mulheres resulta de um processo subjetivo e intersubjetivo de libertação, que pode ser adaptativo e opositivo. Dessa forma, a resistência está na tensão entre a sujeitificação – quando o sujeito é constituído por conhecimento e informação – e a subjetividade ativa, que seria a noção mínima de agenciamento necessária para estabelecer uma relação dualista entre opressão e resistência, ambas ocorrendo de forma simultânea (LUGONES, 2014, p. 940). Ou seja: há resistências no que a autora chama de “lócus fraturado da diferença colonial” (LUGONES, 2014, p. 241); e esse resistir revela-se mesmo nos silêncios (e principalmente neles).

Lugones (2014, p. 939), portanto, aponta a necessidade de descolonizar o gênero, cuja crítica à opressão deve acompanhar a transformação na estrutura social por meio da práxis, o que a autora denomina de “feminismo descolonial” (LUGONES, 2014, p. 939). Sendo assim, o objetivo deste estudo não é evidenciar a condição vitimizada da mulher migrante de Pato Branco, mas, sim, dar visibilidade e ênfase à sua trajetória e contribuição para o desenvolvimento e história local.

Considerações finais

Ao associar o desenvolvimento para apresentar a perspectiva da colonização local, a partir da história de Pato Branco (PR), este artigo objetivou instigar a reflexão sobre o papel da família migrante, especialmente das mulheres migrantes-pioneiras nesse contexto, evidenciando que a vida doméstica, bem como as funções a ela atreladas, são fatores que contribuem diretamente para o processo de desenvolvimento local.

Assim, autores que apresentam aspectos da história local (WACHOWICZ, 2016; VOLTOLINI, 2005), foram inseridos em um debate teórico-reflexivo com autores que transitam por diferentes categorias do desenvolvimento, associada às regionalidades e territorialidades inerentes ao processo de interação social (SANTOS, 2006), demonstrando que tais fatores não estão isolados do contexto histórico, tampouco desvinculados de projetos galgados por ideais governamentais e políticos (FURTADO, 1980), o que foi elucidado no movimento migratório que deu origem ao processo de colonização de Pato Branco.

Movimentou-se, ainda, características da estrutura social da época – e ainda vigentes – para demonstrar a interferência familiar na constituição dos primeiros ciclos econômicos da cidade (erva-mate, porco e madeira) e, a partir disso, inseriu-se no debate a perspectiva feminista para problematizar as invisibilidades e resistências atribuídas às mulheres em processos de desenvolvimento social, justamente porque seu trabalho enquanto donas de casa, mães e esposas, nuances que compõem o contexto doméstico, foi naturalizado ao longo



da história. Para tanto, mobilizou-se duas categorias para elucidar tal problemática: a) a relação entre trabalho doméstico e capitalismo (FEDERICI, 2017 e 2019); e b) a descolonialidade do gênero, por meio de um debate sobre os traços coloniais da mulher migrante aqui mobilizada (LUGONES, 2014).

Dessa forma, o protagonismo associado a práticas de migração, colonização e pioneirismo segue sendo retratado pela figura masculina, em que o homem, quando não narra esse fragmento da história, é colocado como personagem principal da mesma – sua esposa e filhos dependem exclusivamente dos seus esforços, não havendo o reconhecimento de uma dualidade dialógica. Tal ideia, além de concebida pelo pensamento colonial, hegemônico e masculino, impõe modelos pré-concebidos de ser e existir, mas não anula as mulheres de maneira totalitária.

Como vimos aqui, até na invisibilidade há a alternância estrutural, pois a dominação masculina recebe, na prática cotidiana, diferentes doses de resistências. Esse é um dos pontos do diálogo proposto neste artigo, uma vez que o processo de desenvolvimento não deve ser concebido como uma prática unilateral, pois resulta dos pluralismos inerentes às práticas sociais estabelecidas entre homens e mulheres ao longo da história – o que reverbera no presente. Que saibamos reconhecer a pluralidade dos “desenvolvimentos”.

Referências

ANDREAZZA, Maria Luiza. Imigrantes insurgentes: a experiência dos escravos de Antônio Olinto. In. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan U. (Orgs.). **Paraná Insurgente: história e lutas sociais** - secs. XVIII a XXI. 1ed. Curitiba: Casa Leiria, 2018. (p.93-102)

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **A resistência inovadora: a pluriatividade no Sudoeste paranaense**, Pr. 1999. 181 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

_____. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.



GASSEN, Valcir. **A Lei de Terras de 1850 e o Direito de Propriedade**. Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

IURCKEVICZ, Claudio. **Comunidade Ucraniana de Alto Paraíso**: permanências e mudanças no processo de reprodução social. 2018. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2018.

KOLING, Paulo José. A luta pela terra no Sudoeste do Paraná: a Revolta de 1957. In. MENDONÇA, Joseli Maria Nunes; SOUZA, Jhonatan U. (Orgs.). **Paraná Insurgente**: história e lutas sociais - secs. XVIII a XXI. 1ed. Curitiba: Casa Leiria, 2018. (p.137-154)

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. In. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. Artigo originalmente publicado na revista Hypatia, v. 25, n. 4, 2010.

NAIFF, Denis Giovanni Monteiro; NAIFF, Luciene Alves Miguez; SÁ, Celso Pereira de. **A memória social do Estado Novo em duas gerações**. Revista Psicologia Ciência e Profissão, v. 28, 2008.

PEDRO, Joana Maria. **A experiência com contraceptivos no Brasil**: uma questão de geração. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. Colonialidade, pensamento decolonial e crítica do desenvolvimento: implicações epistemológicas e metodológicas. In: RIGOTTO, Raquel; AGUIAR, Ada; RIBEIRO, Lívia. (Org.). **Tramas para justiça ambiental**: diálogos de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Editora da UFC, 2018.

_____.; SCHNEIDER, S. **Nas teias da Economia**: o papel das redes sociais e da reciprocidade nos processos locais de desenvolvimento. Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 2, 2007.

SANTOS, Milton. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional. In. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora USP, 2006.

VOLTOLINI, Sittilo. **Retorno 1**: origens de Pato Branco. 2. ed. Pato Branco: Imprepel - Gráfica e Editora Ltda, 2005.

_____. **Retorno 3**: ciclo da madeira em Pato Branco. Pato Branco: Imprepel, 2000.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 10. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.